

**EDcl no AgInt no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL
Nº 1.308.329 - SP (2018/0143091-7)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : GIM RODAS ESPORTIVAS LTDA
EMBARGANTE : SERGIO RICARDO ACQUAVIVA
EMBARGANTE : SUELI ZANOLI ACQUAVIVA
EMBARGANTE : STAEL DIMOV ZANELATTO ACQUAVIVA
ADVOGADOS : CARLOS HENRIQUE DE MATTOS FRANCO - SP070376
WILLIAM WAGNER PEREIRA DA SILVA - SP075143
EMBARGADO : BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADOS : GISALDO DO NASCIMENTO PEREIRA - DF008971
KÁTIA MORAES JARMENDIA E OUTRO(S) - SP163618
ADVOGADOS : PAULA DE PAIVA SANTOS - DF027275
HERICA CHRISTINA ARRUDA RODRIGUES RIBEIRO E
OUTRO(S) - SP255148
ALINE ELIAS LASNEAUX DINIZ REIS - DF041568

EMENTA

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO.
AUSÊNCIA DE QUITAÇÃO DO VALOR RELATIVO À
MULTA DO. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL DE 2015. REQUISITO DE
ADMISSIBILIDADE NÃO OBSERVADO.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO CONHECIDOS.*

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por GIM RODAS ESPORTIVAS LTDA e OUTROS em face de acórdão assim ementado:

*AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL.
PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO
ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO
AGRAVADA. ART. 1.021, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL DE 2015.
AGRADO NÃO CONHECIDO COM APLICAÇÃO DE MULTA.
(fls. 442).*

É o breve relato do necessário.

Decido.

Conforme consta do acórdão ora embargado, as partes embargantes

foram condenadas, por unanimidade, a pagar a multa de 1% sobre o valor da causa haja vista o caráter manifestamente inadmissível do agravo.

Ocorre que, por condição prevista no § 5º, do art. 1.021, do CPC/2015, a interposição de qualquer outro recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º, nos seguintes termos:

"Art. 1.021. Contra decisão proferida pelo relator caberá agravo interno para o respectivo órgão colegiado, observadas, quanto ao processamento, as regras do regimento interno do tribunal.

[...]

§ 4º Quando o agravo interno for declarado manifestamente inadmissível ou improcedente em votação unânime, o órgão colegiado, em decisão fundamentada, condenará o agravante a pagar ao agravado multa fixada entre um e cinco por cento do valor atualizado da causa.

§ 5º A interposição de qualquer outro recurso está condicionada ao depósito prévio do valor da multa prevista no § 4º, à exceção da Fazenda Pública e do beneficiário de gratuidade da justiça, que farão o pagamento ao final." (sem grifos no original)

No caso em tela, a certidão de e-STJ fl. 458 informa que os embargantes não comprovaram o recolhimento da multa imposta.

Nesse contexto, descumprida a condição, o recurso interposto não produz nenhum efeito, nem mesmo o efeito obstativo da coisa julgada, conforme entendimentos desta Corte e do Supremo Tribunal Federal (EDcl no AgRg no Ag 706.026, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 02/02/2010; EDcl nos EDcl nos EDcl nos EDcl EDcl no Ag 548.197/MT, Rel. Min. VASCO DELLA GIUSTINA (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RS), DJe 26/06/2010; EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NOS EMB.DECL. NO AG.REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 744.612/GO, Min. GILMAR MENDES, DJe 29/11/2010).

Nesse mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. NÃO COMPROVAÇÃO DE RECOLHIMENTO DA MULTA PROCESSUAL APLICADA. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL INEXISTENTE. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. Impossibilidade de conhecimento de recurso quando não comprovado o recolhimento de multa imposta em decisão anterior, por ausência de requisito de admissibilidade recursal.

2. A inexistência de requisito de admissibilidade recursal não produz qualquer efeito, nem mesmo o obstativo da coisa julgada.

Precedentes.

3. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

(AgRg nos EDcl no Ag 1373107/RS, Minha relatoria, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/08/2011, DJe 31/08/2011)

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO dos embargos de declaração.

Certifique-se o trânsito em julgado, dando-se baixa dos autos.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator